

Resumo

O objetivo deste texto é realizar a crítica teórica do Movimento Passe Livre. A crítica prática já aconteceu, e resta agora expressar por meio das ideias o movimento real que gerou a série de derrotas políticas na história do MPL, enfatizando aqui a organização radicada na cidade de São Paulo. Nossa crítica terá um ponto de partida, ou melhor, uma determinada perspectiva de análise. Partiremos da constatação de que a história de luta do movimento operário revolucionário imprime novos termos para análise da realidade social no capitalismo. A exemplo de várias ideias (comunismo, autogestão, emancipação, igualdade, etc.), a palavra autonomia foi ressignificada, o que ocorreu ao longo das lutas revolucionárias do proletariado, daí que partindo da concepção de autonomia surgida da luta revolucionária podemos realizar a crítica teórica e revolucionária que expresse o movimento real de derrotas do embrião de lutas espontâneas e autônomas que estiveram na origem do MPL e que não tiveram força social suficiente durante os acontecimentos da chamada Jornada de Junho de 2013. A ênfase da análise aqui recairá sobre o MPL-SP, mas tal avaliação pode ser estendida para a organização nos demais estados do Brasil.

Introdução – Autonomia de classe social e Autonomia de grupo social

O autonomismo é a apologia da autonomia, e aqui iremos considerar o MPL-SP como organização autonomista e é a partir dessa constatação que realizamos a crítica do MPL-SP e do autonomismo. O guia condutor de nossa análise é a reflexão feita por Karl Jensen, no artigo A luta operária e os limites do autonomismo. O eixo da argumentação de Jensen é o de que o movimento operário revolucionário passa por três fases no desenvolvimento de sua luta contra o capital, a primeira, a fase espontânea, ocorre mesmo quando o trabalhador não tem consciência de sua ação de contestação,

¹ Militante do Movimento Autogestionário e professor do Instituto Federal Goiano – Morrinhos/GO.

e por isso suas ações são espontâneas, não planejadas, inconscientes. No segundo estágio, as lutas operárias encontram-se organizadas, tem certo planejamento, e são feitas de forma consciente, mas é uma consciência baseada na recusa, na negação, rejeitando as organizações e instituições de controle sobre os operários, mas ainda não é uma consciência revolucionária, expressa uma ruptura com o estágio anterior, mas que ainda não concretizou o avanço para a próxima fase das lutas do movimento operário revolucionário.

A última fase é a das lutas autogestionárias, que ocorre nas situações em que uma ação revolucionária se expressa numa consciência revolucionária. A crítica ao capital e ao Estado gera a formulação de uma consciência que projeta uma nova realidade social, consciência revolucionária que visualiza a transformação social radical como objetivo. Desde que o projeto de transformação revolucionária esteja sob hegemonia do proletariado, é possível que os estágios da luta operária se reproduzam em todas as classes e grupos oprimidos da sociedade capitalista (JENSEN, 2014).

Os estágios da luta operária revelam que o movimento revolucionário do proletariado se constitui num longo processo em que inicialmente os trabalhadores lutam sozinhos, depois lutam coletivamente por seus objetivos e contra o capital e seus representantes burocráticos, e somente no último estágio surgem as lutas autogestionárias, que generalizam a auto-organização e propõe uma nova sociedade com a abolição do Estado e do capital. A autonomia é um estágio de desenvolvimento posterior às lutas espontâneas, mas anterior às lutas revolucionárias, autogestionárias. Essa anterioridade revela que a autonomia ainda não desenvolveu todas as possibilidades, é um estágio em que a tendência é avançar, mas a ação da burguesia e das suas classes auxiliares (intelectualidade, burocracia, forças armadas) podem contrabalançar o avanço proletário. O autonomismo faz apologia desse estágio da luta operária, e não concebe a necessidade de radicalizar.

A tendência revolucionária dentro dos movimentos sociais também passa por esses estágios. Em que pese essa parte dos movimentos sociais ser reduzida e com poucos casos concretos ao longo da história, é perceptível a ocorrência de lutas espontâneas, lutas autônomas e lutas revolucionárias no seio do movimento feminino, do movimento negro, do movimento estudantil. E igualmente no interior da luta

operária, também no interior dos movimentos sociais surgem tendências, grupos, organizações que fazem a apologia do autonomismo.

O autônomo é assim sempre em relação a algo, ao passo que auto-organização é totalidade, é uma nova sociedade que surge. Autonomia são novas relações sociais que surgem em que um grupo ou organização que se liberta do domínio de outro grupo/organização. O autonomismo é o conjunto de ideias que defendem a autonomia. Estas ideias podem se resumir a projeções ideais (como na filosofia de Kant, Hegel), ou a interesses de classe, como expressam a autonomia burguesa ou a autonomia do proletariado em luta. Na auto-organização a dinâmica se produz através do controle ativo da vida social pelo conjunto da sociedade, e na autonomia está dado a recusa de ser controlado por outro. Quando a recusa é prática e consciente então existe a possibilidade para avançar ao estágio das lutas autogestionárias, que generalizam a auto-organização para o conjunto da sociedade.

Assim, consideramos a autonomia como uma condição real, concreta, ao passo que o autonomismo é um conjunto de ideias que defendem a autonomia, autonomismo como pensamentos a respeito de determinada realidade. Na perspectiva que adotamos, o autonomismo é limitado por não conceber a necessidade de avançar para o estágio final das lutas revolucionárias, exatamente, as lutas autogestionárias.

Portanto, a autonomia pode ser uma condição, uma situação real de rejeição do controle pelas instituições políticas do capitalismo, a autonomia também pode ser uma forma de organização, daí chamamos de autarquia quando a organização é independente em relação às outras organizações e instituições e não tem uma divisão entre dirigentes e dirigidos, ou, a autonomia pode ser também um conjunto de ideias que formam um projeto autonomista. Para a organização estudada, MPL-SP, o autonomismo é meio e finalidade, para nós é objeto de crítica, é limite que precisa ser superado, é uma determinada situação, que evoluiu de um estágio anterior, mas que ainda não conseguiu avançar para uma nova e mais desenvolvida situação, a auto-organização generalizada.

O MPL em junho de 2013 e junho de 2013 no MPL

Em vinte dias de manifestações no mês de junho de 2013 o MPL-SP alcançou algo que não havia nem chegado perto nas mobilizações dos anos anteriores: a revogação do aumento das passagens e o direito ao passe livre estudantil. Entre os dias 06 e 20 de junho o MPL convocou manifestações de rua, até que no dia anterior, dia 19, o prefeito Haddad anunciou juntamente com o governador Alckmin a revogação do aumento das passagens. A última manifestação organizada pelo MPL-SP aconteceu para comemorar a revogação do aumento, a partir de então a organização decidiu por não mais convocar atos, afirmando que uma onda conservadora tomava conta das ruas, tal como noticiou o jornal Folha de São Paulo no dia 21 de junho²:

O Movimento Passe Livre anunciou hoje a suspensão de novas manifestações em São Paulo. Segundo um dos integrantes do grupo, que pleiteia tarifa zero nos transportes públicos, "grupos conservadores se infiltraram nas manifestações" e defenderam, ontem, propostas como a redução da maioria penal (FOLHA DE SÃO PAULO, 21 de junho de 2013).

Como pode acontecer de um “movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário” despertar uma onda conservadora na sociedade? Não foi em rejeição às suas ideias, pelo contrário, a julgar pelos cartazes das manifestações³, o que queriam os manifestantes, em sua maioria, era melhoria nos serviços públicos, combate a corrupção, contra a violência policial, etc. Como pode as manifestações começarem com o MPL e no seu final terem gestado o MBL⁴?

Na história do MPL-SP este é o período que monopoliza quase toda a bibliografia de artigos e teses, e para quem gosta da narrativa do suceder dos fatos há duas referências principais, que podem ser escolhidas como a “melhor narrativa” de acordo com a preferência ideológica do leitor, sendo “progressista” ou de “esquerda” tem o livro “Vinte centavos: a luta contra o aumento”, organizado pela socióloga Elena

²Ver também: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2013-06-21/mpl-encerra-protestos-reforca-origem-de-esquerda-e-diz-que-nao-e-antipartidario.html>

³ Esta é a fonte de informações em maior quantidade sobre os protestos de junho, pois inacreditavelmente, além da imprensa, nenhuma outra voz se destacou e concentrou o protagonismo, sendo mais forte a participação individual e anônima, e não através de organizações e dos chamados “figuras públicas”.

⁴ Movimento Brasil Livre, organização de direita e uma das principais defensoras do Estado Mínimo atualmente.

Judensnaider; já para quem se coloca na perspectiva “conservadora” ou de “direita” a narrativa em prosa de xingamentos escrita pelo assessor do presidente Jair Bolsonaro, o “analista político” Flávio Morgenstern, com o título “Por trás da máscara: do passe livre aos Black Blocs as manifestações que tomaram as ruas do Brasil”.

Como esta pesquisa se fez sob a perspectiva da crítica materialista temos elementos de discordância e de concordância com as duas obras e outras sobre este período, e utilizamos nossa crítica para apropriar-nos das ideias produzidas sobre aquele período; e ainda, defendermos a perspectiva de que junho de 2013 evidenciou o limite da mobilização que se reduziu à gratuidade nos transportes e que tal limite é produto das determinações da condição estudantil e da simplificação e fetichismo da ideia de autonomia, do autonomismo, retirando os elementos que a relacionavam com o projeto de transformação total da sociedade, o que, por sua vez, garantiu as bases intelectuais do que denominamos reducionismo passelivrista. Em nossa perspectiva, o autonomismo defendido pelo MPL é para justificar lutas especificistas, isto é, mobilizações que lutam por objetivos específicos, ao invés de contribuir para fomentar lutas universalistas, ou seja, mobilizações que se fundamentam no projeto de transformação social total.

O que aconteceu em junho de 2013? Por parte do MPL-SP o mesmo roteiro de atividades que faziam a vários anos: trabalho de base em escolas, manifestações de rua, panfletagem, participações em reuniões com governantes e audiências públicas, publicação de textos e artigos sobre a tarifa e o transporte em geral. A organização do MPL-SP sempre teve claro de onde vinha sua força e qual sua inspiração, a primeira, a mobilização da base estudantil, e a segunda, a crença na autonomia, na horizontalidade, no apartidarismo⁵.

Junho de 2013 começou em novembro de 2012 para o MPL-SP, mais exatamente no momento em que as notícias começaram a circular sobre o aumento previsto para o orçamento do ano seguinte. No dia 26/11 de 2012 a organização participa de audiência pública de discussão do orçamento, onde é divulgado que o governo vai cortar 300 milhões de subsídios, o que irá levar ao aumento da tarifa, embora o novo prefeito Haddad diz que vai tentar uma tarifa abaixo da inflação. No dia 28/11/2012 a organização

⁵ Iremos aprofundar sobre as principais ideias do MPL-SP na seção seguinte.

faz uma manifestação alertando contra a medida de aumento das passagens. Sabemos deste ato pela participação de dois representantes do MPL-SP em entrevista ao jornal da TVT⁶ (TV dos Trabalhadores, ligada ao PT). Os representantes do MPL-SP na entrevista informam sobre as justificativas do novo governo para o aumento, que comentamos mais acima, e um deles diz o seguinte: “se o povo for pra rua a gente consegue impedir que isso [aumento] aconteça”. Poucos meses depois, o MPL-SP consegue mobilizar manifestações massivas pela cidade de São Paulo.

Na semana seguinte, dia 02/12/2012 o MPL-SP organiza a “atividade aberta”, uma espécie de debate, com o tema “Porque lutar pelo transporte público?” buscando “discutir sobre como o sistema de transporte está organizado hoje” e “para conhecer o passe livre e um pouco mais sobre as lutas por transporte público nas cidades brasileiras”. No cartaz, várias imagens de manifestações pelo transporte no Brasil em diferentes épocas.

A dinâmica de mobilização do MPL-SP se repete: trabalho de base em escola, manifestações de rua, participação em encontros com autoridades governamentais. Até as mobilizações contra os aumentos das passagens se tornavam tradicionais em São Paulo, com os aumentos acontecendo no começo de ano, no período de férias escolar. Aconteceu de no começo do ano de 2013 o aumento ter sido prorrogado pelo prefeito Haddad a pedido da presidente Dilma Rousseff, como medida para não pressionar a elevação da inflação no primeiro semestre de 2013 (JUNDENSNAIDER, 2013).

Esta foi a primeira das várias atitudes dos gestores estatais que resultaram em mais impulso para a mobilização. Com o aumento durante o calendário acadêmico, as autoridades governamentais do momento (Haddad, Alckmin, Dilma) demonstraram desconhecimento político de algo que os estudantes já denunciavam a muito tempo, como se percebe nesta postagem de estudante anônimo no site do CMI no distante ano de 2005:

pensando que isso passaria despercebido e tentando "evitar" alguma mobilização (já que os estudantes estão em férias). Pois eles se enganaram!!! Se por um lado estamos um pouco longe de nossos companheiros estudantes,

⁶ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=A8iWtSaNV5g&t=1s>.

por outro, estamos com tempo de sobra para nos mobilizar e lutarmos pelo passe-livre (A, CMI, 2005).

As mobilizações contra o aumento foram conduzidas nos últimos anos em sua quase totalidade pela base estudantil secundarista e uma parcela bem menor de universitários. Além do desconhecimento da dinâmica do ano escolar que organiza os estudantes, a opção por não dialogar (gestão Alckmin), ou dialogar a favor do aumento (gestão Haddad), juntamente com a repressão intensificada, foram outras atitudes dos governantes que contribuíram para a “massificação” dos protestos.

Não houve grande diferença na dinâmica de mobilização do MPL-SP em 2013 em relação com os anos anteriores:

Neste período de 2005 a 2012 o MPL São Paulo testou e combinou diferentes performances e formas de organização no confronto político. Desta forma o movimento vivenciou diversas interações com os detentores do poder, com a polícia, com a mídia, com outros movimentos e com o público em geral. Foi com este vasto acervo de performances, formas de organização e experiências em interações que o MPL São Paulo começou a planejar o confronto político em 2013. (PINA, 2016, p. 70).

Tendo em vista o que apresentamos acima, consideramos equivocada a análise que coloca o “ciclo de protestos de 2013” como “expressão de um novo padrão de mobilização contestatória” tendo como base as alterações trazidas pelas TIC’s (Tecnologias de informação e comunicação), que se mostrou em 2013 como um movimento articulado em torno da rápida difusão de informações e de redes de sociabilidade acentuadas nos indivíduos, tendo em vista que as TIC’s contribuíram para a desarticulação das organizações partidárias e sindicais, por tornar desnecessária a participação formal em organizações para efetivar mobilização (SILVA, 2014)⁷.

Os seis protestos organizados pelo MPL-SP e as outras atividades: audiência pública, publicação de artigos, participação de debates e aulas públicas, colagens, panfletagens, eram uma repetição do padrão de mobilização adotado pelo MPL-SP. Uma diferença tática foi apontada pela organização: realizar uma jornada de mobilização menor e com maior intensidade (JUNDENSNAIDER, 2013), ao contrário das mobilizações anteriores que duraram cerca de três meses e com várias atividades. Outra diferença

⁷ Desde o surgimento da organização, em 2005, a internet foi largamente utilizada pelo MPL, assim, a própria existência da organização utilizando-se das TIC’s desmonta tal argumento.

tática foi a de não formar uma “Frente Ampla” com outras organizações (em outros anos chamada de Campanha, Rede, Frente), geralmente pequenos partidos e organizações de bairro e estudantis (que por sua vez tinham membros dos partidos pequenos, considerados de extrema-esquerda), e também esta diferença, segundo o MPL-SP, afirmação que está na obra coletiva organizada por Elena Jundensnaider, teria dado “autonomia total” para o MPL-SP organizar e coordenar os atos (data, local, trajeto, conteúdo do panfleto, etc.) (JUNDENSNAIDER, 2013). Ou seja, as questões pontuais das atividades, sobretudo manifestações de rua, iriam ser decididas exclusivamente pelo MPL-SP, pois estaria “sozinho” e com sua base para as ações de rua, sendo a participação dos partidos de esquerda meramente na ação e não na organização das manifestações.

A primeira manifestação de 06 de junho reuniu alguns milhares de manifestantes, mas em número menor que os cinco mil que participaram da segunda manifestação, no dia 07 de junho. No dia 11 de junho aconteceu o terceiro ato, com quinze mil participantes, que triplicou em quantidade de pessoas. Todas essas manifestações foram finalizadas com a repressão policial. No dia 13 de junho aconteceu o quarto ato, com vinte mil pessoas, no quinto ato que aconteceu dia 17 de junho compareceram cem mil pessoas, reduzidas para cinquenta mil no sexto ato, dia 18 de junho de 2013 (JUNDENSNAIDER, 2103).

Em todas as manifestações o trânsito foi parado, panfletagens, tentativas de encontro com as autoridades governamentais e a acusação com alvo no MPL-SP e divulgada pela imprensa: “as manifestações trazem o caos para a cidade”, “tiram o direito de ir-e-vir do cidadão”, direcionadas pelos meios de comunicação e por seus representantes mais conhecidos.

Ao suceder de um ato para outro, os relatos de violência policial se multiplicaram e ganharam realismo com a presença de milhares de celulares filmando as manifestações. No Youtube são centenas de vídeos que sob diferentes ângulos registraram a repressão: de cima dos prédios, de dentro de bares e restaurantes, das calçadas, no meio das manifestações e, também, as filmagens dos meios de comunicação.

Na primeira etapa das manifestações de junho conduzida pelo MPL-SP, os meios de comunicação também exerceram seu poder através da violência “simbólica” contra o MPL-SP e as manifestações, em jornais como a Folha de São Paulo, com o seu editorial “Retomar a Paulista”, o jornal Estado de São Paulo com o “Chegou a hora do basta”, e em jornalistas como Arnaldo Jabor que em conhecido comentário no Jornal da Globo (no começo da madrugada) disse que as manifestações eram de vândalos que não valiam vinte centavos, pessoas com raiva da cidade:

Mas afinal, o que provoca um ódio tão violento contra a cidade? Só vimos isso quando a organização criminosa de São Paulo queimou dezenas de ônibus! Não pode ser por causa de 20 centavos. A grande maioria dos manifestantes são filhos de classe média, isso é visível: ali não havia pobres que precisassem daqueles vinténs não. Os mais pobres ali eram os policiais apedrejados, ameaçados com coquetéis-molotovs, que ganham muito mal (JUNDENSNAIDER, 2013, p. 81).

O aumento das passagens no transporte contra qual o MPL-SP se organizava foi uma medida dos governos municipal, gestão Haddad controla os ônibus, e governo estadual, gestão Alckmin que controla o trem e o metrô. Geraldo Alckmin assumiu a postura de ignorar a reivindicação do MPL-SP, só se manifestando sobre as manifestações, defendendo-as, mas em contraposição ao vandalismo, e por isso sempre se expressou somente para justificar a repressão policial. O governo estadual ignorou a demanda de revogação dos aumentos, respondendo com repressão policial, ou simplesmente fingindo não ter acontecido nada, a partir do momento que as manifestações se tornaram massivas, exemplo desta conduta foi que no dia de maior repressão policial sobre as manifestações o governador se calou e finalizou suas atividades do dia com o seguinte comentário pelo twitter: “Parabéns a toda a população de Guaratinguetá pelos 383 anos da cidade. Boa noite a todos!”.

Provavelmente Alckmin teria ignorado e reprimido as manifestações por mais tempo, pois conforme lembrado na obra coletiva organizada por Jundensnaider, citando a informação exclusiva dada pela colunista de política Mônica Bergamo, durante a reunião de Alckmin e Haddad que decidiu pela revogação do aumento no dia 19/06, Alckmin teria dito o seguinte:

Minutos antes do anúncio de que reduziram as tarifas de ônibus e metrô, o governador Geraldo Alckmin disse ao prefeito Fernando Haddad que, caso o petista quisesse, ele estaria disposto a resistir à pressão e a manter o preço de R\$ 3,20. “A gente aguenta firme, juntos”. (JUNDENSNAIDER, 2013, p. 220).

Já o prefeito Haddad, do PT e com uma base eleitoral diferente do governador Alckmin, mantém uma postura dúbia em relação ao MPL, que com as primeiras manifestações chamou a organização MPL-SP para uma reunião, mas na recusa desta, e na permanência das manifestações de rua, passou a emitir comunicados na imprensa afirmando que o MPL-SP era intransigente e fechado para o diálogo (JUNDENSNAIDER, 2013). Na verdade, o MPL-SP não estava fechado para o diálogo, a organização sempre participou de reuniões com autoridades políticas, a questão era que a reivindicação era irredutível, a revogação do aumento, dialogando somente para se ter um meio prático para cancelar o aumento das passagens, foi esta a postura que a organização manteve durante toda a Jornada de Junho de 2013.

O prefeito buscava negociar tendo como recursos argumentos técnicos, tal como a municipalização de imposto para ampliar o subsídio às tarifas. Com a irredutibilidade da reivindicação do MPL-SP o prefeito encerrou a negociação e passou a fazer coro com o discurso repressivo dos principais meios de comunicação e do governo estadual (JUNDENSNAIDER, 2103).

Evolução histórica do MPL-SP antes da Jornada de Junho de 2013

Quando em 2013 o MPL-SP iniciou mais uma jornada de mobilização contra o aumento já tinham se passado dez anos de experiências reivindicando melhorias e maior acesso ao sistema de transporte. E nestes dez anos, desde 2003, a dinâmica das mobilizações passou por experiências diferentes: em 2003, na “Revolta do Buzu”, em Salvador, a luta contra o aumento das passagens foi conduzida pela base estudantil que no processo de mobilização se opôs frontalmente às entidades estudantis; nas “Revoltas das Catracas”, em 2004 e 2005, na ilha de Florianópolis, a base estudantil mobilizada contribuiu para a emergência da Campanha pelo Passe Livre, embrião do MPL, desenvolvendo uma mobilização que tinha numa organização específica, a Campanha, o apoio e que se somou com a participação massiva da base. Já em 2013, além da organização específica, o MPL-SP, e da mobilização da base estudantil, tem-se o ineditismo de uma participação em massa de pessoas, sobretudo jovens, que nunca tinham participado dos protestos contra o transporte e que apoiando a mobilização

contra o aumento e contra a repressão policial foram participar de manifestações de rua, acrescentando novas reivindicações no movimento das ruas.

Quando os governos recuam e revogam o aumento o MPL-SP põe fim às manifestações. No dia 24 reúnem-se com a presidente Dilma, e ainda que tenham decidido não sorrir para a presidente durante o encontro como forma de demonstrar que não se tratava de uma reunião de amigos (informação obtida em entrevista), saem da reunião com o acordo de pôr fim às manifestações de rua com a revogação do aumento das passagens, o que efetivamente aconteceu.

Assim, acreditamos que a novidade da mobilização do MPL-SP não está na organização, e sim na “onda de manifestações” despertadas pelo MPL-SP. De fato, a jornada contra o aumento foi uma das mais rápidas na história da organização: foram dois protestos iniciais com a média de participação de manifestantes nos atos de rua dos anos anteriores, cinco mil pessoas, nos dias 06/06 e 07/06; no dia 11/06 o número de participante salta para quinze mil, e no dia 13/06 vai a vinte mil pessoas. Todos estes atos foram intensamente reprimidos pela polícia militar, e a cada repressão mais gente participou do ato seguinte. Essa relação é válida para os atos dos dias 17/06 e 18/06, manifestações com cem mil e cinquenta mil pessoas, respectivamente.

Nosso objetivo não é aprofundar no estudo das jornadas de 2013 (determinações, consequências, composição, dinâmica, agentes externos, etc.), e sim enfatizar na participação do MPL-SP durante este evento, buscando compreender como a experiência anterior do MPL-SP foi crucial para definir os resultados visíveis e invisíveis de junho de 2013. Sobre as manifestações de junho muita coisa foi apresentada e refletida, e o principal trabalho até agora é o de Lucas Maia (2014), mas outros apresentaram aspectos importantes, como a questão das mutações no capitalismo (TONET, 2014; ADOUE, 2014; VAINER, 2013), crise da política institucional (LIMA, 2013), situação dos jovens precarizados (BRAGA, 2013), condições de vida nas cidades (MARICATO, 2013; HARVEY, 2013). A crítica revolucionária a junho de 2013 começou com Lucas Maia e tende a avançar nos próximos anos.

No auge dos protestos de junho de 2013, o texto divulgado pelo pseudônimo “Blues Brother” e intitulado “Morto ao chegar – O que era e o que se tornou o

Movimento Passe Livre”⁸ e divulgado na internet refletia sobre a história do MPL-SP, o desdobrar das manifestações e concluí:

Se a ideologia germinal que orientou a fundação do Movimento Passe Livre tivesse ganhado as ruas, teríamos hoje no Brasil um movimento de massas orientado pelos princípios do anarquismo social, ou seja, de esquerda (BLUES BROTHER, s/d⁹).

Segundo o autor, que assume a perspectiva conservadora, a onda de manifestações originada com o MPL-SP poderia tender tanto para a esquerda, quanto para a direita, no turbilhão das manifestações de 2013 esta é uma voz que quer tranquilizar alguns setores da sociedade: não há o que temer no MPL-SP. Nem toda forma de esboçar o pensamento na perspectiva conservadora é incoerente e desprovida de fundamentos reais, tal como é elaborado o pensamento no trabalho de Flavio Morgenstern. Blues Brother, que no texto diz ter sido militante do MPL-SP, mas veio a romper com suas ideias e mudando para o campo político do conservadorismo, relembra as origens e desenvolvimento da organização:

Mas a partir de Florianópolis o Passe Livre cresceu significativamente e nos anos seguintes conquistou cada vez mais adesão dentro dos ciclos tradicionais da esquerda. Houve concessões importantes que deram o formato que o movimento ganhou nos nossos dias. A primeira e mais importante foi uma abertura maior aos partidos e às organizações sindicais, embora o governismo tenha sido desde sempre rechaçado. Ainda assim persiste uma “hostilidade branda” contra as organizações partidárias – que ganhou força nos últimos dias. A extrema esquerda entrou na dança com militantes do PSTU, PCO e, posteriormente, do PSOL. Os dogmas libertários não tinham mais tanto valor quanto as questões pragmáticas para mobilizar a população e levar a pauta do Passe Livre ao conhecimento de todos.

⁸ Utilizamos aqui a abordagem de Blues Brother por compreender que o questionamento que ele traz pode suscitar no pesquisador comprometido uma resposta sobre a transformação ideológica do MPL, e ir além da crítica conservadora sobre o MPL. Esta abordagem de utilizar outras visões sobre o grupo estudado encontra respaldo, como foi indicado por Nildo Viana, A pesquisa em representações cotidianas, como de acordo com o princípio metodológico do materialismo histórico de que os indivíduos não são avaliados pela consciência que têm de si (Marx), por isso Viana propõe a entrevista interpretativa inversa, buscando obter informações com grupos diferentes do que o estudado. Embora estamos nos referindo a um artigo, por analogia como fonte de informação, entendemos a validade da seguinte síntese de sua abordagem: “A entrevista interpretativa inversa tem o objetivo de ver uma versão oposta ou pelo menos diferente, fora do grupo entrevistado, ocupando outra posição nas relações sociais, ou seja, quando se trata de representações cotidianas sobre outro grupo ou atividade social, se entrevista pessoas deste outro grupo ou que realiza tal atividade visando ver as representações cotidianas destes sobre aqueles que foram entrevistados a seu respeito ou de sua atividade ou sobre si mesmos. Mas também no caso das representações cotidianas serem sobre suas próprias atividades, que, no entanto, serão percebidas de forma diferente por outros que não fazem parte do grupo que a exerce (VIANA, 2015, p. 127).

⁹ O artigo de Blues Brother estava no site reaonaria.org mas este site foi retirado do ar.

(...) “O anarquismo tem costas largas e, como o papel, aceita qualquer coisa”, escreveu Chomsky na introdução do seu best-seller. O professor do MIT sempre defendeu uma fraternidade de esquerda “antiautoritária” para lutar por demandas comuns nas democracias ocidentais. De forma consciente ou não, o MPL é a concretização dessa crença: seu molde libertário foi alargado o suficiente para abrigar várias seitas da extrema esquerda, incluindo desde os trotskistas do PSTU até os socialistas antipetistas do PSOL. A flexibilização, que exclui apenas o cardápio de ideias da direita, abriu caminho para a deformação ideológica do movimento.

De fato, o MPL havia em suas origens definindo um modelo de organização:

O Movimento Passe Livre é um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário. A independência do MPL se faz não somente em relação a partidos, mas também a ONGs, instituições religiosas, financeiras etc. (Carta de Princípios).

E os objetivos de médio e longo prazo:

O MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade. Da mesma forma, a luta pelo passe-livre estudantil não tem um fim em si mesma (...) Assim, deve-se construir o MPL com reivindicações que ultrapassem os limites do capitalismo, vindo a se somar a movimentos revolucionários que contestam a ordem vigente (Carta de Princípios).

Com a Carta de Princípio, a organização se expressava afirmando um modelo de organização e objetivos que estariam alinhados com pontos essenciais do anarquismo, do autonomismo e dos denominados princípios libertários. E esta junção de ideias em comum levou a diversos analistas ao longo do tempo a entenderem o MPL através de seu próprio discurso, daquilo que eles próprios dizem. Mas havia algo no meio que não foi esclarecido na ordem do dia como deveria ter ocorrido, e na mesma Carta de Princípios se lê o seguinte a respeito da luta pelo passe livre:

Ela é o instrumento inicial de debate sobre a transformação da atual concepção de transporte coletivo urbano, rechaçando a concepção mercadológica de transporte e abrindo a luta por um transporte público, gratuito e de qualidade, como direito para o conjunto da sociedade; por um transporte coletivo fora da iniciativa privada, sob controle público (dos trabalhadores e usuários).

Já na origem do MPL duas formas de compreender a questão do transporte se expressam: de um lado, reivindicar para ir além e formar parte do processo revolucionário, e, por outro lado, contribuir para transformar a atual concepção sobre transporte inserindo na lógica do público, gratuito e de qualidade, e fora da iniciativa privada.

Contudo, ao longo de vários anos estudiosos e mesmo análises de outras organizações não se atentaram para esta questão e reafirmaram, com base no discurso do MPL sua identidade com o movimento autonomista:

Pela própria trajetória de luta do movimento, defini como foco da pesquisa a forma como o movimento concilia a sua perspectiva autonomista de negação ao sistema capitalista e às formas tradicionais de organização política com a necessidade de diálogo com as instituições políticas. Ou seja, de que maneira lida com o dilema entre identidade e estratégia (BRITO, 2009, p. 43).

Ou com o “campo libertário”:

Entendemos o Passe Livre como parte do que chamamos de campo libertário, o que se expressa em seus princípios. Federalismo, horizontalidade a autogestão social são algumas das bases deste coletivo que subverte as regras do jogo político autoritário e neoliberal, bebendo da fonte da tradição libertária e organizada, mesmo sendo um movimento mais aberto em relação a outros que tem uma estrutura mais dura (Coletivo Anarquista Núcleo Negro, 2017, p. 92).

Ou a identificação simultânea com as ideias libertárias e autonomistas:

O Passe Livre no transporte coletivo, a partir de 2004, e especificamente o Movimento Passe Livre (MPL) a partir de 2005, se tornaram um atrativo campo de atuação política de uma juventude libertária e autonomista em diversas cidades brasileiras. (Continuando em nota de rodapé sobre o significado de juventude libertária e autonomista). Por “juventude libertária e autonomista” entendemos uma juventude que possui afinidades ideológicas ou práticas com o anticapitalismo e antiestatismo que caracterizaram o anarquismo histórico e/ou que possuem uma prática política autonomista, no sentido dado à autonomia por Castoriadis (1982): a regulação ou legislação por si mesmo, em oposição à heteronomia, a legislação e a regulação pelo outro; em suma, autonomia seria a capacidade de autogoverno (Liberato, 2006 apud Sousa, 2007, p. 84) (SOUZA, 2015, p. 138).

E também teve quem concluiu haver clara hegemonia anarquista no MPL-SP, em observação feita sobre o segundo encontro em Campinas, no ano de 2005, diz Leo Vinícius:

No Encontro de Campinas ficou nítida uma hegemonia anarquista, menos pela grande quantidade de anarquistas entre os militantes presentes do que pelos princípios e formas organizativas caras aos libertários, e tradicionalmente defendidas por eles, serem as de melhor aceitação e receptividade pelos jovens presentes como um todo, por refletir a vontade, o espírito e as próprias práticas desses jovens localmente (VINÍCIUS, 2006, P. 231).

Ou uma espécie de resgate e reunião de radicais da esquerda de épocas passadas, sobre uma “base” na “genealogia política libertária”:

O MPL adota uma perspectiva construída com base numa genealogia política libertária, que bebe no anarquismo do século XIX, no marxismo heterodoxo do início do século XX, nos movimentos contraculturais dos anos de 1960; nos movimentos autonomistas dos anos de 1970 e 1980, na Itália e Alemanha

(surgidos, estes últimos, do movimento estudantil radical e apartidário, também denominado extraparlamentar, na tradição alemã); no zapatismo e nos movimentos anti/alterglobalização (SARAIVA, 2014, p. 44).

Outros autores vão interpretar o MPL como um movimento de herança autonomista e marxista, tal como fazem Leo Vinícius (2006) e Spina (2016), dois acadêmicos com pesquisas de pós-graduação tematizando o MPL e com diferença de dez anos entre o trabalho de um e outro. Tanto de intelectuais, quanto de organizações políticas diferentes (grupos anarquistas, partidos políticos), o MPL é concebido como parte de um movimento mais amplo, que é vinculado ora ao anarquismo, ora ao autonomismo, ora às ideias libertárias e que forma parte do movimento juvenil contemporâneo.

O MPL é um movimento autônomo e juvenil, esta foi a interpretação unânime dos analistas e daqueles que se identificaram com a organização. Só uma interpretação destoa de todas apresentadas anteriormente, a de Morgenstern, que diz que o MPL-SP é uma organização suprapartidária; compreensível porque enquanto o MPL-SP permitiu a presença de partidos que apoiavam o passe livre possibilitou que estes fossem relacionados com o MPL; mas por outro lado, é desconsiderar a defesa do autonomismo pelo MPL, base do discurso e de práticas da organização, bem como a forma organizacional do MPL não é a forma de organização partidária. Assim, o mais necessário é compreender que a aceitação dos partidos políticos poderia ter sido apontada com um exame crítico para o conjunto das ideias do MPL, porém, a fragilidade explicativa do autor foi muito grande, sem saber explorar as contradições, ao contrário, assumindo as contradições do discurso.

Além das ideias, a prática anarquista, autonomista e libertária foi reivindicada dentro do MPL-SP, situação que aconteceu de forma mais organizada em São Paulo e Brasília e de forma mais difusa em Florianópolis, devido a peculiaridade local com a forte presença da organização Juventude Revolução Independente, tendência estudantil que estava rompendo com sua organização original, o PT, desde um tempo anterior ao surgimento da Campanha em 2004.

Leo Vinícius relata a passagem dos grupos antiglobalização para a construção do Comitê pelo Passe Livre em São Paulo. Vinícius registrou a trajetória política de indivíduos

anarquistas vinculados a FAO e a tendência especificista que se estruturava no Brasil de começo dos anos 2000:

Para Maurício, que participou do movimento antiglobalização em São Paulo, no qual, segundo ele, sua forma de ver política e cultura teria encontrado sua maturação (seu caminho na política se iniciou também pela contracultura, especificamente o punk rock), o movimento pelo passe-livre teria sua raiz nas diversas manifestações, publicações, centros sociais e coletivos que surgiram em torno do ano 2000, em meio ao movimento antiglobalização e na cola da Batalha de Seattle e da criação do CMI. Maurício não participa do MPL-São Paulo, mas seu entendimento parte não só do fato de vários militantes do MPL-São Paulo terem passado e até mesmo terem iniciado sua participação política através dos espaços autônomos (centros sociais) e das manifestações antiglobalização, mas também da percepção do MPL-SP como uma continuidade ou como portador de uma herança política (autonomista, libertária) do movimento antiglobalização (ou anticapitalista como ele o chama) (VINÍCIUS, 2006, p. 234).

No site do CMI também é possível encontrar algumas intervenções de indivíduos anarquistas buscando influenciar na organização do MPL:

PSTU Manipulando o Comitê do Passe Livre com a única intenção de cooptar novos jovens integrantes. Convoca-se a todos os Anarquistas, simpáticos ao ideal, autônomos, e todos aqueles que se opõem ao oportunismo do PSTU e acreditam e querem estar nesta luta, que compareçam às reuniões pelo Passe Livre em São Paulo (MAZAROPE, 2004).

Relacionando a crítica ao PSTU e promovendo a participação no processo de mobilização pelo passe livre para ampliar a presença anarquista:

Convocatória a todos os Jovens Estudantes Anarquistas, Simpatizantes do Ideal, Autônomos, todos aqueles que querem travar uma luta combativa pelo Passe Livre aos estudantes e trabalhadores desempregados. Está ocorrendo uma mobilização em vários estados do país de estudantes pelo Passe Livre.

Em São Paulo, as reuniões estão restritas e com pouca participação. Esta é uma luta importantíssima e de nenhuma forma pode ser desconsiderada. Todos nós devemos agir e participar desta luta que esta sendo levada pelo P\$TU da forma mais burocrática e crapulista, sem discussão nem orientação da base (ESTUDANTE AUTÔNOMO, SEM DIREÇÃO NEM VANGUARDA, 2004).

Pietro Ferrari, em artigo na primeira edição da Revista Protesta, do grupo que ele pertence, o Coletivo Anarquista Terra Livre, diz que:

O comitê conta com a participação ativa de anarquistas que entendem que garantir o Passe-Livre é necessário para uma melhoria imediata das condições de vida da parcela mais explorada da população e também que essa luta pode servir para a auto-organização e radicalização dos jovens a nível local e nacional (FERRARI, 2005, p. 30).

E no artigo “Análise anarquista do MPL”, de produção anônima, mas que deixa vestígios que indicam ser um membro do MPL da cidade de Brasília, diz que:

Para completar esta reflexão, pode-se fazer referência à Teoria das Jaulas de Noam Chomsky (2004) pois, sem dúvida, o Estado é uma instituição ilegítima do ponto de vista da representação popular, mas as empresas de transporte e o capital privado são ainda mais ilegítimas. Neste sentido, o Estado é passível de pressão popular, enquanto o capital privado se constitui de empresas tiranas que ficam mais distantes do campo de atuação do movimento social. Neste caso, reforçar o Estado construindo e aprovando Leis, Decretos e instrumentos de gestão participativa, não deixa de ser uma meta, dentro de um projeto anarquista. O Passe-Livre como movimento social pressiona o Estado para reforçar suas políticas de transporte público de qualidade em termos de metas, e exerce pressão por manutenção de políticas públicas, visando um projeto em essência anarquista (GNOMO, s/d).

Todas estas análises foram feitas por pessoas pertencentes ao MPL, e mesmo a tese de Leo Vinícius, é o resultado do trabalho de um indivíduo que atuou intensamente na organização. A atuação desses indivíduos, alguns orientados por outras organizações (sobretudo da FAO) indica a presença da corrente autonomista, anarquista, libertária dentro do MPL. Mas a existência de uma corrente não se confunde com a organização e por isso é necessário a compreensão conceitual do que é o MPL.

Para nós, todas estas definições são problemáticas, sejam as análises acadêmicas, as análises de organizações políticas, e inclusive a auto definição dada pelo MPL (nos documentos) e por seus membros. O MPL não é uma organização de um movimento político, como o são o movimento anarquista e autonomista, e sim uma organização derivada de um movimento social, mais especificamente do movimento estudantil (VIANA, 2016b). Além da distinção entre movimento político e movimento social se faz necessário compreender a distinção entre os vários tipos de movimentos sociais (situacionais, culturais ou biológicos), e ter clara a noção que o MPL é produto da mobilização estudantil pelo passe livre, o MPL é uma organização que foi constituída ao longo dos anos para atingir esse objetivo.

Os movimentos políticos (comunismo, anarquismo, liberalismo, nazismo) são movimentos de classes sociais, expressam os interesses de determinadas classes sociais, ao passo que os movimentos sociais são expressão de interesses de grupos sociais (VIANA, 2016), esta é a distinção crucial de ser feita e que torna possível a compreensão do vínculo do MPL-SP com o autonomismo, enquanto movimento social, e não do movimento político autônomo como expressão de mobilização do proletariado e outros grupos oprimidos, como ocorreu ao longo da história, sobretudo nos casos Italiano das décadas de 1950 e 1960, ou o movimento autônomo Português da década de 1970.

Enquanto expressão de um movimento social, o autonomismo é o conjunto de ideias que defendem a autonomia como modelo de organização, ao passo que enquanto movimento de classe, a autonomia é uma forma de luta concreta do proletariado e que tende a avançar para a transformação completa da sociedade, ao tempo em que o autonomismo tem sua dinâmica na própria organização autônoma sem criar um vínculo concreto com um projeto revolucionário de transformação. O autonomismo é a apologia das lutas autônomas, a autonomia é o processo concreto e a consciência desse processo, que avança ao apontar para um novo estágio, a auto-organização generalizada da sociedade.

Portanto, nestes termos, o MPL não pode ser um movimento anarquista, posto que este é um movimento político. Mas além, e o que mais nos interessa, nem mesmo as possíveis relações do MPL com o anarquismo resistem a um exame crítico desde a perspectiva de alguém que conhece do fundamental sobre a origem e o conjunto de ideias que se identificam com o anarquismo. O mais importante nesse momento é demonstrar que o MPL abandonou, ao longo de sua história, a influência original que teve com a atuação da corrente anarquista. Deste abandono permaneceu a convicção na “autonomia”, porém, seu limite como movimento estudantil, um movimento social e não movimento político, o limitou em determinadas atividades, como a necessária relação com o poder público para atingir seu objetivo, a gratuidade nas passagens para os estudantes, e a alta transitoriedade de membros devido à situação estudantil. Como se deu este abandono é o que precisa ser explicado.

MPL-SP e os limites do autonomismo

No artigo “Movimento estudantil, dualidade reivindicatória e entrelaçamento reivindicativo” (2016b) Nildo Viana deu a contribuição germinal para compreender o MPL como produto do movimento estudantil, formando parte das novas organizações estudantis, que não estão limitadas ao espaço escolar e que relacionam interesses específicos do grupo de base, os estudantes, com interesses gerais e/ou universais, entrelaçando com os interesses de classe, geralmente dos trabalhadores. Estando submetidos ao processo de ressocialização através da escola, que entre as características é marcado pela subordinação e alienação estudantil (MARQUES & SILVA,

2018), por carências educacionais e institucionais, e pela composição policlassista, podendo incorporar a insatisfação de sua classe de origem no interior do grupo estudantil (VIANA, 2016b), por estas determinações emerge o movimento estudantil que pode ser caracterizado como “um movimento social constituído pelo grupo social estudantil, que articulam através de demandas referentes a partir da área educacional, além de ser marcado pela questão da transitoriedade, uma vez que a condição de estudante não é permanente” (CONCEIÇÃO, 2016, P. 86).

O motor do movimento estudantil são os interesses grupais, “articulam-se através de demandas referentes a partir da área educacional”, e estes podem até se tornar equivalentes ao interesse da classe de origem (2016a), mas o que determina é o interesse grupal na formação do movimento social. Diferentemente do movimento político, que tem uma composição social de classe e articula-se através dos interesses de classe (VIANA, 2016a), o MPL como organização derivada de um movimento social encontra-se limitado por esta determinação objetiva para poder expressar os interesses de classe além dos interesses grupais, e a demonstração desta limitação nos dá o MPL em uma avaliação sobre o fracasso do trabalho de base em bairros da periferia de São Paulo:

No trabalho comunitário era inevitável nos depararmos com as dificuldades presentes, tais como: a diversidade de interesses e necessidades dos moradores da região – as mobilizações se orientavam em torno de demandas imediatas, como a resistência à remoção de residências; a existência de mais organizações atuantes com projetos específicos – são associações comunitárias, partidos políticos, ONGs, tráfico de drogas; além do fato de várias pessoas, por vezes, precisarem escolher entre militar e trabalhar. Somado a isto, as distâncias prejudicavam o trabalho, uma vez que os militantes não moravam nestas comunidades e utilizavam o transporte coletivo para chegar nelas; também por não morar nelas, não possuíam os laços de pertencimento formados nestes bairros, e não era cogitado mandar um militante ir morar em um bairro para atuar ali politicamente. Todas estas dificuldades implicam, necessariamente, em resultados mais lentos, em uma mobilização menos intensa que a característica dos estudantes. Este trabalho em comunidades contribuiu para uma maior legitimidade do MPL perante a sociedade e para a formação política dos militantes, aprofundando a reflexão do movimento sobre a cidade (LEGUME & TOLEDO, 2011).

As dificuldades eram da ordem de inserção e permanência nos bairros de periferia. Consolidado o MPL, este passa a ter sua dinâmica própria, para além da mobilização estudantil, e nessa condição de organização, definem objetivos, ideias, atividades, etc. No meio estudantil atuam sob o reconhecimento da base estudantil, já

nas comunidades o meio estudantil não existe. A tentativa fracassada de “trabalho de base em comunidades” tem explicação na clivagem de dois mundos: o estudantil e o “popular”, e toda tentativa de aproximação dos dois só demonstra o quanto estão separados.

Limitado por sua base social, o estudante e sua condição, o MPL constitui a feição reformista-radical, sendo que no movimento estudantil as tendências estão bem claras: a conservadora, a progressista e a revolucionária (2016b). O reformismo radical do MPL é uma expressão da tendência progressista, que tinha elementos para avançar para a tendência revolucionária mas devido às escolhas conscientes da organização, reforçada pela limitação de sua base (a condição estudantil que é temporária, dependente da classe e submetida à rígida ressocialização via escolas e universidades), não conseguiu “ir além de si mesmo” e pautar reivindicações que “ultrapassem os limites do capitalismo”.

Sobre as escolhas duas foram cruciais para a história da formação do MPL: a vitória da concepção passelivrista, determinando como objetivo fundamental da organização a busca do passe livre; e a aceitação de partidos no interior da organização.

Na concepção passelivrista o MPL concebe o mundo do ponto de vista da catraca, por isso o objetivo de “libertar a vida das catracas”, garantir o “direito a cidade”. As forças que atuaram para a criação do MPL pensavam que a luta pelo passe livre estava relacionada com o objetivo maior de transformar a sociedade, daí a afirmação, “a luta pelo passe livre não pode ser um fim em si mesma”, esse era o pensamento de uma corrente que contribuiu para a criação e consolidação do MPL desde o ano de 2004. Porém, na criação do MPL enquanto organização específica sobre tal reivindicação estava o germe de algo novo e diferente no contexto da sociedade brasileira dos anos 2000. Uma organização específica pelo passe livre estudantil, ao consolidar-se como tal, o MPL tinha de necessariamente secundarizar e por fim abandonar os ideais presentes numa das correntes impulsionadora de sua criação, a autonomista, libertária, anarquista. O abandono concreto da perspectiva autonomista se materializou em 2013, com escolhas que reforçaram os limites da atuação do MPL como algo além de uma organização independente que busca o passe livre estudantil ou universal. O abandono

ideal ainda não efetivou-se pois discursivamente o MPL ainda defende a transformação revolucionária, tal como consta na Carta de Princípios, revisada em fins de 2013.

Desde o ano de 2005 o MPL-SP atuou em escolas da capital seguindo as diretrizes do documento Atividade Geradora do MPL-SP nas escolas. O texto foi elaborado por uma comissão específica para este fim, e ao final aceito por reunião geral da organização. O texto é muito parecido com um plano de aula planejado pelos professores, dividido em vários tempos até atingir o limite de quarenta e cinco minutos, uma aula de Ensino Médio. A atividade ocorria nas escolas depois de solicitada autorização da direção, em documento descrevendo a atividade, e com a disposição de algum professor de liberar sua aula, e geralmente era com um professor que já tinha tido algum tipo de contato com o MPL-SP.

Os membros do MPL-SP que passavam nas escolas tinham de apresentar a organização, passar lista de contato, um vídeo de até dez minutos, realizar a discussão, entregar panfleto, sublinhar nome dos mais interessados e marcar um novo encontro para depois das aulas, tudo em quarenta e cinco minutos. A parte principal da atividade tinha como objetivo, em até quinze minutos, elaborar um mapa da cidade a partir das necessidades cotidianas dos alunos (escola, casa, hospital, cinema, trabalho, etc.) e refletir sobre a presença das catracas: “o momento mais importante desta dinâmica é mostrar como o transporte (“ÔNIBUS”) liga todas essas atividades”. Com a dinâmica do mapa, a atividade geradora pretende levar a uma reflexão sobre a ideia de “público”:

A conclusão fundamental aqui é de que só existe educação pública de verdade se o transporte for público de verdade. Só existe saúde pública de fato se o transporte for público de fato. E só existe transporte público de verdade se não houver exclusão social, se todas as pessoas tiverem acesso a ele.

A base estudantil do MPL-SP sempre foi vista por todos os analistas e mesmo pelos membros da organização, contudo, nunca se chegou com clareza de que o MPL era uma expressão do movimento estudantil, manifestação das novas organizações estudantis, que relacionam os interesses grupais com interesses de classe (e raramente atuam instituições do espaço escolar), e por isso não se constituem como entidades estudantis (C.A., DCE, entidades estaduais e nacional, etc.). Movimento juvenil foi como praticamente todos os analistas definiram o MPL (VINÍCIUS, 2006; PONTE SOUZA, 2015;

SARAIVA, 2014), o que pela generalidade do termo mais facilmente encaixa com a percepção dessa organização como autonomista, libertária, anarquista.

Para se fazer ouvido por sua base estudantil o MPL passou a enfatizar o passe livre como determinante do acesso à escola e encontrou um meio estudantil receptivo, reforçado pelo resgate de ideias anarquistas que vinha sendo feitos por estudantes, muitos deles adeptos da contracultura (VINÍCIUS, 2006).

Exemplar da ênfase no passe livre, em detrimento dos objetivos de longo prazo (somar-se aos movimentos revolucionários, ultrapassar o capitalismo), é a aproximação do MPL-SP com o ex-secretário de Transporte Lucio Gregori, durante a gestão da petista Luiza Herondina. O projeto de Tarifa Zero defendido pelo MPL-SP é o mesmo que o elaborado pelo ex-secretário, baseado na municipalização dos impostos e gestão popular do sistema de transporte. Em diversas atividades de formação do MPL-SP Lúcio Gregori foi o convidado, e suas ideias foram divulgadas em vários materiais de formação da organização. Inclusive na Cartilha da campanha do Tarifa Zero realizada pelo MPL-SP, onde encontramos as seguintes ideias.

Na Cartilha da Campanha Tarifa Zero uma das primeiras frases em destaque é a seguinte: “uma cidade só pode existir pra quem pode se movimentar por ela” e a última frase uma das principais “palavras de ordem” do MPL-SP: “por uma vida sem catracas!”. O transporte é apresentado como fundamental para ter acesso a direitos, para circular pela cidade e acessar os “seus equipamentos de muitos tipos”: culturais, saúde e lazer, que ao lado da moradia e alimentação dignas são direitos fundamentais.

A concepção passelivrista é novamente sintetizada e reforçada no seguinte trecho:

A catraca que exclui as pessoas não está só no ônibus. A cidade está cheia de catracas, muitas delas invisíveis, que separam as pessoas da saúde, da educação, do esporte, do lazer, dos bairros vizinhos, do Centro. Toda a vez que vamos a algum lugar, esbarramos neste obstáculo concreto: a tarifa; sem falar nas dificuldades de locomoção devido à falta de linhas e dos ônibus lotados, o que isola cada vez mais grande parte da população nas periferias da cidade. Por isso lutar por um transporte verdadeiramente acessível, sem tarifa, é também lutar pelo direito à cidade (Cartilha Campanha Tarifa Zero).

E arremata: a “Tarifa zero mudaria tudo na cidade” (p. 14/15). Será que realmente na perspectiva do anarquismo, se a mobilização estudantil alcançar tal objetivo “mudaria

tudo na cidade”? Recusar uma mercadoria em específico, “o transporte é uma mercadoria”, relaciona-se com o objetivo de fim do Estado e da exploração capitalista, tal como defendido pelos principais pensadores e movimentos políticos anarquistas? Evidentemente não. E a raiz desta limitação encontra-se na diferença entre movimento político anarquista e movimento social estudantil. A mobilização do MPL é para por fim a uma única mercadoria, o transporte, e para isto reivindicam do Estado o controle sobre o sistema, portanto, mantém uma relação necessária com o Estado na busca de efetivar o caráter “público” do sistema de transporte. E nessa reivindicação não é contraditório o resgate de um projeto petista para a gestão do transporte, por sua vez, seria totalmente contraditório tal demanda vindo de um movimento político anarquista, que em todas as suas manifestações na história moderna objetivaram o fim do Estado e da sociedade de classes. Evidentemente que tendências do anarquismo se pautaram pela busca de objetivos reformistas dentro da atual sociedade, mas o fizeram na tentativa de relacionar objetivos imediatos com os objetivos de longo prazo, ou seja, relacionando com a transformação social total, o que se mostrou inexistente no MPL-SP.

Outra escolha problemática, do ponto de vista anarquista, autonomista e libertário que um dia esteve presente no MPL-SP, foi a de atuação e alianças com partidos políticos, o que não por acaso foi o motivo alegado para não mais convocar manifestações de rua em junho de 2013. O primeiro parágrafo da Carta de Princípios do MPL-SP diz: “O Movimento Passe Livre é um movimento horizontal, autônomo, independente e apartidário, mas não antipartidário”. Analisado historicamente, encontramos aqui uma adição e uma vírgula que fizeram muita diferença, com o destaque ao apartidário que se sobrepôs ao ideal antipartidário da tendência anarquista que atuou na origem do MPL-SP. Na Cartilha da Campanha Tarifa Zero vem inscrito o seguinte:

A força desta jornada foi obtida por uma forte unidade na luta com movimentos sociais, entidades estudantis, grupos autônomos, trabalhadores dos transportes, partidos políticos e parlamentares. A partir deste consenso propiciado pela mobilização contra o aumento, o problema dos transportes em São Paulo foi trazido a público, permitindo que se pautasse de maneira ampla a reivindicação da Tarifa Zero, tanto na mídia quanto nas ruas (Cartilha da Campanha Tarifa Zero).

O reconhecimento da força da mobilização, pelo próprio membro do MPL, é visto com base na unidade entre grupos autônomos, entidades estudantis, partidos políticos

e parlamentares. Ao não rejeitar a participação partidária e mesmo parlamentar, o MPL-SP sintetiza aqui o seu tipo de reformismo radical¹⁰, que percorre das ruas até os espaços institucionais, contradição já apontada por Brito (2007) nas origens da organização.

Contudo, a situação nova que gerou o MPL precisa ser compreendida no que ela tem de próprio e nas rupturas que traz. Romper à lógica da mercantilização do transporte é um elemento; outro, é a tentativa de através da mobilização ampliar a organização e consciência do funcionamento da sociedade:

A efetivação do acesso à cidade em sua plenitude só pode ser obtida com a ampliação dos limites impostos à nossa mobilidade urbana e, para isto, é necessário que o transporte seja verdadeiramente público, ou seja, que todos possam usá-lo sem restrições. Evidentemente, o acesso aos diferentes espaços de uma cidade não irá fazer com que estes espaços sejam planejados e construídos pensando no bem-estar dos trabalhadores, mas este acesso permite a observação e a reflexão sobre este espaço, aclarando as contradições presentes na cidade (Cartilha Campanha Tarifa Zero).

Acontece que tal objetivo declarado pelo MPL foi secundarizado em relação ao objetivo fundamental, a gratuidade dos transportes, reforçada de um lado pelas ideologias que foram utilizadas para sustentar a reivindicação pelo passe livre: o direito à cidade, mobilidade urbana, o transporte como direito, foram ideias adotadas e recriadas pelo MPL para justificar a luta contra a tarifa¹¹.

Feito o caminho de explicação do abrandamento das concepções do MPL-SP, retomamos aos acontecimentos de junho de 2013 que, na perspectiva histórica, agora demonstram o limite do MPL como organização reformista que por suas condições (situação estudantil e reducionismo “passelivrista”) tem de assumir uma feição

¹⁰ O processo de formulação do conhecimento é muito instigante. A interpretação do MPL-SP como um tipo de “reformismo radical” foi feita durante nossa tentativa de reflexão. No processo de revisão deste trabalho, tivemos acesso a um novo texto de Nildo Viana, fazendo a crítica do que ele chama de “reformismo utópico” do autonomismo contemporâneo, que se baseia em fundir o reformismo, que é o abandono do projeto de transformação revolucionária da sociedade, com o utopismo, elaboração imaginária de uma nova organização social. Essa afirmação, reformismo utópico, é muito mais elaborada e clara do que a que anteriormente utilizamos, reformismo radical, mas acreditamos que a intenção da expressão que utilizamos é a mesma da expressão de Nildo, apresentar as ambiguidades do autonomismo contemporâneo, que se aproxima do reformismo e se distancia de um projeto concreto de transformação radical da sociedade. O artigo de Nildo Viana encontra-se disponível em <http://informecritica.blogspot.com/2017/02/o-reformismo-utopico-uma-breve-reflexao.html>

¹¹ É interessante observar que até a abordagem estética da luta contra a tarifa foi feita, na tentativa de ampliar o universo de ideias que fundamentam a perspectiva do passelivrista. Ver o artigo de Lucas Legume: A Catraca: uma questão estética.

confrontadora, de “pressão ao poder público”, tanto nas ruas, como nos espaços institucionais (BRITO, 2007). A redução de todas as reivindicações à questão da tarifa, ficou claro com a marginalização da organização durante a onda de manifestações que aconteceram nas ruas de São Paulo, e em diversas cidades brasileiras em junho de 2013. Envolvidos numa movimentação da sociedade o MPL-SP se mostrou impotente para “direcionar”, “influenciar”, “intervir” ou mesmo “politizar” as pessoas durante as manifestações. Em debate sobre “Anarquismo e Jornadas de Junho”, uma das principais militantes do MPL, Mayara, diz: “a gente não tem, não quer ter, o povo que faça o programa, que se foda!”.

Considerar como um movimento fascista e não ensaiar um enfrentamento numa perspectiva antagônica foi a consequência natural da ação do grupo que reduziu todas as suas reivindicações contra a tarifa e não soube esboçar apoio, precipitar ou contribuir para os movimentos revolucionários na sociedade, “de acordo com a conjuntura local” (Carta de Princípios).

Nem mesmo as práticas correntes da organização foram esboçadas durante junho de 2013. Tomemos como exemplo as “assembleias”, que sempre foram defendidas como o fundamento da participação de todos, horizontal e sem lideranças. Para além das manifestações de rua, o MPL-SP não aproveitou da situação para convocar assembleias populares, assembleias de bairro, assembleias de escolas e, assim, generalizar a participação e debate entre os interessados. A massificação das assembleias, ou sua popularização, teria contribuído enormemente para a politização, questionar pontos de vistas diferentes e assim avançar para “além de si mesmo”, como um dia se propôs. E nesse ponto, a organização teria de ter revisto pontos que ela trata como dogma, mas que revistos poderiam ter dado outra dinâmica aos acontecimentos: a) os jograis se mostraram insuficientes como recurso de participação ampliada, tendo em vista que sua dinâmica demorada e repetitiva trava qualquer possibilidade de debate; b) o veto ao uso de carro de som como medida salvadora contra os “personalismos e tentativas de direção” se mostrou um dogma que não soube trazer para si a responsabilidade da “massificação” dos debates. Esses dogmas, que se inspiram em ideologias pós-modernas que tratam a política na esfera “micro” e “individual” são

ideias ilusórias, modismos que não podem se repetir nos próximos movimentos que pensam em “ir além de si mesmos”.

É na perspectiva da crítica deste trabalho que interpretamos duas “palavras de ordem” do MPL: “vem pra rua, vem” e “a cidade vai parar”. A primeira representa a dinâmica praticista, da prática pela prática, presente não só no MPL, mas em várias organizações contemporâneas, para quem quanto mais prática mais “perto do objetivo”, mais “revolucionário” se é. E a segunda palavra de ordem se entende dentro do reducionismo passelivrista que estamos apontando no MPL, parar a cidade, interromper seu fluxo, é este o foco da visão de quem vê o mundo a partir do ponto de vista da catraca.

Ao reduzir o mundo à questão das tarifas o MPL não se movimentou no sentido de ir além de si mesmo como planejou em sua Carta de Princípios: “O MPL não tem fim em si mesmo, deve ser um meio para a construção de uma outra sociedade”. O MPL-SP, mas algo que se pode generalizar ao MPL enquanto organização específica, não ultrapassa o seu limite de organização independente, mas que tem sua ação orientada para o estado, e ao limitar-se no objetivo do passe-livre limita o horizonte de sua ação ao estatismo, no sentido de que suas reivindicações se dirigem diretamente ao estado e dele dependem.

Com base nessa análise histórica e social que realizamos demonstramos que o MPL não é uma organização autônoma, no sentido do termo como movimento político, tampouco uma organização que pode ser definida como anarquista. O significado real da ideia de autonomia para o MPL quer dizer que a organização é independente, não sendo controlada por outra organização, mas sim uma organização própria, uma organização em si, com seus objetivos próprios, a gratuidade nas passagens. O MPL faz parte da nova onda de organizações estudantis autárquicas, como apontou Nildo Viana, ou seja, organizações que se definem por suas próprias normas.

MPL-SP reproduz as limitações do autonomismo, a apologia da autonomia e a falta de um projeto revolucionário de transformação da sociedade. A recusa de ser um partido não se traduz no combate aos partidos; a recusa em participar do Estado não se traduz em ações e ideias que contestem o Estado; permanece no nível da recusa, não

consegue avançar e ser propositivo, elaborar, propor um projeto de transformação total e radical da sociedade capitalista.

Referências

ADOUE, Silvia B. Vai encarar? In: GONÇALVES, Mauricio. (Org.) As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massa no Brasil. Recife: Ed. do Organizador, 2014, p.139-146.

BRITO, Priscila. MPL: por uma vida sem catracas. In Revista Três Pontos. Vol. 6, nº 1, 2009.

Cartilha da Campanha Tarifa Zero. Movimento Passe Livre e outras organizações. São Paulo, 2011.

COLETIVO ANARQUISTA BANDEIRA NEGRA. As Lutas Sociais no Brasil e a Construção do Poder Popular. Disponível em <https://nucleonegro.noblogs.org/post/2014/01/22/as-lutas-sociais-no-brasil-e-a-construcao-do-poder-popular/> Acessado em 19/05/2017.

FERRARI, Pietro. O Movimento Passe Livre. In Revista Protesta. Ano 1, nº 1. São Paulo: Terra Livre, 2005.

FOLHA DE SÃO PAULO. MPL acusa onda conservadora e suspende novas manifestações. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/paywall/signup.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1298903-mpl-suspende-novas-manifestacoes-em-sao-paulo.shtml> Acessado em 26/08/2018.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013.

JENSEN, Karl. A Luta Operária e os Limites do Autonomismo. In Marxismo e Autogestão, Ano 01, Num. 02, jul./dez. 2014.

JUDENSNAIDER, Elena; LIMA, Luciana; ORTELLADO, Pablo; POMAR, Marcelo. Vinte centavos: a luta contra o aumento. São Paulo: Editora Veneta, 2013.

LIMA, Venício. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013.

LUCAS, Legume; TOLEDO, Mariana. O Movimento Passe Livre São Paulo e a Tarifa Zero. Disponível em <https://passapalavra.info/2011/08/44857/> Acessado em 26/07/2019.

MAIA, Lucas. As Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Movimento Autogestionário. Goiânia: ano 9, N. 15, jan/jun. 2014.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. In Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013.

MORGENSTERN, Flávio. Por trás da máscara: Do passe livre aos black blocs, as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2015.

PINA, Paulo. O Movimento Passe Livre de São Paulo: da sua formação aos protestos de junho de 2013. Dissertação. Pós- Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, 2016.

MPL. Manifesto e Convite para o I Encontro Nacional pelo Passe Livre. 16 a 18 de Julho de 2004 – Florianópolis.

MPL. Manifesto e Resoluções aprovadas no I Encontro Nacional pelo Passe Livre. 16 a 18 de Julho de 2004 – Florianópolis.

MPL. Carta de Princípios. Aprovada na Plenária Nacional pelo Passe Livre. 28 de Janeiro de 2005.

SARAIVA, Adriana. Movimento Passe Livre e Black Blocs: quem são os novos atores que emergiram dos protestos de 2013. In # Protestos Análises das Ciências Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

SILVA, Marcelo. #vemprarua: o ciclo de protestos de 2013 como expressão de um novo padrão de mobilização contestatória?. In CATANNI, Antono. # Protestos: análises das Ciências Sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2014.

SOUZA, Janice Tirelli. A Experiência Contemporânea da Política entre Jovens do Sul do Brasil. Clacso: 2015.

TONET, Ivo. Sobre as Atuais Manifestações. IN: As jornadas de junho: os significados do retorno das manifestações de massas no Brasil. GONÇALVES, Mauricio. (Org.) Recife: Projeto Espaço Socialista, 2014

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil / Ermínia Maricato ... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo : Carta Maior, 2013.

VIANA, Nildo. Os Movimentos Sociais. Curitiba: Editora Prismas, 2016a.

VIANA, Nildo. Movimento Estudantil, dualidade reivindicatória e entrelaçamento reivindicativo. VIANA, Nildo (org.) O Movimento Estudantil em Foco: Goiânia: Edições Redelp, 2016b.

VIANA, Nildo. A Pesquisa em Representações Cotidianas. Lisboa: Chiado, 2015

VINÍCIUS, Leo. Expressões Contemporâneas de Rebeldia: poder e fazer da juventude autonomista. Tese. Pós-Graduação em Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, 2006.